

# ROLF MADALENO

Advogado. Professor de Direito de Família e Sucessões  
na Pós-Graduação da PUC-RS. Mestre em Direito Processual  
Civil pela PUC-RS. Diretor Nacional do IBDFAM.  
Membro da AIJUDEFA (Asociación Internacional de  
Juristas de Derecho de Familia).

[www.rolfmadaleno.com.br](http://www.rolfmadaleno.com.br)

 rolfmadaleno

# DIREITO DE FAMÍLIA

11<sup>a</sup>  
edição

revista,  
atualizada  
e ampliada



▪ O autor deste livro e a editora empenharam seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pelo autor até a data de fechamento do livro. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.

▪ Fechamento desta edição: 08.02.2021

▪ O Autor e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.

▪ **Atendimento ao cliente: (11) 5080-0751 | faleconosco@grupogen.com.br**

▪ Direitos exclusivos para a língua portuguesa

*Copyright © 2021 by*

**Editora Forense Ltda.**

*Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional*

Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar

Rio de Janeiro – RJ – 20040-040

www.grupogen.com.br

▪ Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela internet ou outros), sem permissão, por escrito, da Editora Forense Ltda.

▪ Capa: Aurélio Corrêa

▪ 1ª edição – 2008 / 11ª edição – 2021

▪ **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE.  
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.**

M151d

Madaleno, Rolf, 1954-

Direito de Família / Rolf Madaleno. – 11. ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2021.

Inclui bibliografia e índice

ISBN 978-65-596-4049-2

1. Direito de família – Brasil. I. Título.

21-69221

CDU: 347.6(81)

Camila Donis Hartmann – Bibliotecária – CRB-7/6472



# ÍNDICE GERAL

<b>Capítulo 1 – Introdução ao Direito de Família .....</b>	
1.1. O Direito de Família e o Código Civil.....	
1.2. A descodificação do Direito de Família.....	3
1.3. A organização jurídica da família.....	4
1.4. A diversidade familiar.....	5
1.4.1. A família matrimonial .....	8
1.4.2. A família informal .....	8
1.4.3. A família monoparental.....	9
1.4.4. A família anaparental .....	10
1.4.5. A família reconstituída.....	11
1.4.5.1. O apelido da família do padrasto ou da madrasta (Lei n. 11.924/2009).....	13
1.4.6. A família paralela.....	14
1.4.6.1. O olhar discordante .....	22
1.4.6.2. A união poliafetiva .....	27
1.4.7. A família natural.....	30
1.4.7.1. A família extensa ou ampliada.....	30
1.4.7.2. A família substituta.....	31
1.4.8. A família eudemonista.....	31
1.4.9. A família homoafetiva.....	31
<b>Capítulo 2 – Noção de Família.....</b>	<b>37</b>
2.1. Conceito de família.....	37
2.2. Entidade familiar e proteção do Estado.....	38
2.3. A disseminação da família monoparental.....	39
2.4. A disseminação da família reconstituída.....	40
2.5. Noção de Direito de Família.....	42
2.6. Conteúdo do Direito de Família .....	43
2.7. Evolução do Direito de Família.....	44
2.8. A dessacralização da família.....	45
2.9. A despatrimonialização do Direito de Família.....	46
<b>Capítulo 3 – Direitos Fundamentais e Princípios de Direito de Família.....</b>	<b>49</b>
3.1. Direitos fundamentais.....	49
3.2. A eficácia dos direitos fundamentais.....	51
3.3. Princípio da dignidade humana no Direito de Família .....	51
3.4. O princípio da igualdade .....	52
3.4.1. Igualdade e minorias .....	56
3.4.2. Igualdade e grupos vulneráveis .....	57
3.4.3. Igualdade e isonomia constitucional.....	58
3.4.4. Igualdade e crianças vulneráveis .....	60
3.4.5. Igualdade e idosos vulneráveis.....	61
3.4.6. Igualdade e mulheres vulneráveis.....	62

**XXVI** Direito de Família – *Rolf Madaleno*

3.4.7.	A tutela judicial dos vulneráveis.....	63
3.4.8.	Igualdade e independência.....	64
3.4.9.	Igualdade e violência invisível.....	65
3.4.10.	Igualdade e idade.....	66
3.4.11.	A terceira idade e o regime de bens.....	69
3.4.12.	A experiência doutrinária e jurisprudencial.....	75
3.4.13.	O idoso e a alteração do regime de bens.....	79
3.4.14.	Vigência da Súmula n. 377 do STF.....	82
3.4.15.	O idoso e os alimentos.....	85
3.4.16.	A solidariedade alimentar do idoso.....	87
3.4.17.	O idoso como devedor de alimentos.....	89
3.4.18.	O idoso e a efetividade das decisões judiciais.....	91
3.4.19.	Efetividade e prisão do idoso por dívida alimentar.....	93
3.5.	Princípio da autonomia privada.....	96
3.6.	Princípio da liberdade.....	97
3.7.	Princípio da solidariedade familiar.....	98
3.8.	Princípio da monogamia.....	99
3.8.1.	Impedimento do casamento para a constituição da união estável.....	100
3.8.2.	A fidelidade.....	102
3.9.	Princípio da diversidade familiar.....	103
3.10.	Princípio da afetividade.....	103
3.11.	Princípio da igualdade da filiação.....	104
3.12.	Princípio da proteção da prole.....	105
3.13.	Princípio da proteção do idoso.....	105
3.14.	Princípio da proteção do jovem.....	106
3.15.	Princípio da proteção da pessoa com deficiência.....	106
<b>Capítulo 4 – Do Direito Pessoal – Do Casamento.....</b>		<b>107</b>
4.1.	Definição.....	107
4.2.	Da plena comunhão de vida.....	108
4.3.	Da gratuidade do casamento civil.....	110
4.4.	Casamento religioso com efeito civil.....	111
4.5.	Capacidade para o casamento.....	112
4.5.1.	Suprimento judicial de consentimento.....	116
4.6.	Dos impedimentos matrimoniais.....	117
4.7.	Das causas suspensivas.....	121
4.7.1.	A Súmula n. 377 do STF.....	130
4.7.2.	Revogação da Súmula n. 377 do STF.....	132
4.7.3.	O efetivo prejuízo.....	133
4.7.4.	Legitimidade ativa.....	133
4.8.	A habilitação para o casamento.....	134
4.8.1.	Presunção de morte.....	136
4.8.2.	Dispensa de proclamas.....	137
4.9.	Da celebração do casamento.....	138
4.9.1.	Consentimento.....	139
4.9.2.	O casamento em caso de moléstia grave e em iminente risco de vida.....	139
4.9.3.	Casamento por procuração.....	140
4.10.	Das provas do casamento.....	142
4.10.1.	<i>In dubio pro matrimonio</i> .....	142

4.10.2.	Casamento celebrado fora do Brasil.....	143
4.11.	Da invalidade do casamento.....	143
4.11.1.	Casamento inexistente.....	143
4.11.2.	Casamento nulo.....	145
4.11.2.1.	A Lei n. 13.811/2019.....	146
4.11.2.2.	Maturidade conjugal.....	147
4.11.2.3.	O consentimento.....	148
4.11.2.4.	O casamento proibido.....	149
4.11.2.5.	Nulidade ou anulação.....	149
4.11.2.6.	Casamentos de conveniência.....	151
4.11.2.7.	A nulidade e a Lei n. 13.811/2019.....	151
4.11.3.	O casamento anulável.....	157
4.11.3.1.	Das causas de anulação.....	157
4.11.3.2.	Identidade, honra e boa fama.....	161
4.11.3.3.	Ignorância de crime anterior ao casamento.....	164
4.11.3.4.	Ignorância de defeito físico irremediável ou de moléstia grave.....	165
4.11.3.5.	Ignorância de doença mental grave.....	167
4.11.3.6.	Coação.....	167
4.12.	Prazos para a anulação do casamento.....	169
4.13.	Do casamento putativo.....	169
4.13.1.	Pressupostos da putatividade.....	171
4.13.2.	Efeitos da putatividade.....	172
4.13.3.	Efeitos em relação a terceiros.....	173
4.14.	A separação de corpos na invalidade do casamento.....	173
4.14.1.	A tutela antecipada da separação de corpos.....	178
4.14.2.	A separação de corpos da Lei n. 11.340/2006 – Lei Maria da Penha.....	178
4.14.3.	Da cumulação dos pedidos.....	181
4.14.4.	A nova separação de corpos.....	181
4.14.5.	A conveniência na determinação da dignidade humana.....	183
4.14.6.	A separação de corpos consensual.....	185
4.14.7.	A separação de corpos para afastamento do requerente.....	186
4.14.8.	A separação de fato.....	187
<b>Capítulo 5</b>	<b>Da Eficácia do Casamento.....</b>	<b>189</b>
5.1.	Da eficácia do casamento.....	189
5.2.	Isonomia e patronímico.....	191
5.3.	Planejamento familiar.....	195
5.3.1.	Licença-maternidade (Lei n. 11.770/2008).....	196
5.4.	Deveres dos cônjuges.....	197
5.5.	Violação dos deveres conjugais.....	199
5.6.	Dever de fidelidade recíproca.....	199
5.7.	Infidelidade virtual.....	200
5.8.	A separação de fato e o dever de fidelidade.....	201
5.9.	Vida em comum no domicílio conjugal.....	203
5.10.	Ruptura do dever de coabitação.....	205
5.11.	Dever de mútua assistência.....	206
5.12.	Dever de sustento, guarda e educação dos filhos.....	207
5.13.	Dever de respeito e consideração mútuos.....	209
5.14.	As relações dos cônjuges no Direito Empresarial.....	210

**XXVIII** Direito de Família – *Rolf Madaleno*

5.15.	A direção da sociedade conjugal .....	215
5.16.	Contribuição conjunta das despesas do lar .....	215
5.17.	Domicílio conjugal.....	216
<b>Capítulo 6 – Da Dissolução da Sociedade Conjugal .....</b>		<b>219</b>
6.1.	Do sistema dual de dissolução.....	219
6.1.1.	O divórcio e a Emenda Constitucional n. 66/2010 .....	221
6.1.1.1.	O divórcio em colisão com a separação judicial ou extrajudicial...	230
6.1.1.2.	O divórcio da Emenda Constitucional n. 66/2010 e os deveres do casamento.....	232
6.2.	O fim da sociedade conjugal .....	233
6.3.	Morte real e morte presumida.....	234
6.4.	O retorno do ausente .....	235
6.5.	Dissolução pela nulidade ou anulação do casamento.....	237
6.6.	A dissolução da sociedade conjugal .....	238
6.7.	Da separação amigável .....	241
6.8.	Cláusulas separatórias .....	243
6.9.	Requisitos da separação amigável.....	246
6.10.	Renúncia à meação .....	247
6.11.	A promessa de doação.....	254
6.12.	Débitos fiscais e partilha unilateral de bens .....	257
6.13.	Da ratificação judicial.....	262
6.14.	Exceção à ratificação .....	264
6.15.	A ratificação na Lei n. 11.441/2007 e no CPC.....	265
6.16.	A retratação unilateral.....	266
6.17.	A separação causal.....	268
6.18.	Causas genéricas.....	275
6.19.	A separação litigiosa .....	277
6.20.	Separção judicial por causas objetivas.....	277
6.21.	Culpa e insuportabilidade da vida conjugal.....	281
6.22.	Direitos e deveres pessoais dos cônjuges na separação judicial .....	282
6.22.1.	Fidelidade recíproca.....	283
6.22.2.	Coabitação no domicílio conjugal .....	286
6.23.	Separção de corpos no divórcio .....	287
6.23.1.	Separção de corpos judicial e a Lei Maria da Penha.....	288
6.23.2.	Objetivo da Lei Maria da Penha.....	288
6.23.3.	Das medidas protetivas de urgência .....	289
6.23.4.	Da separação de corpos e a violência doméstica.....	291
6.23.5.	Caducidade da medida .....	292
6.24.	Mútua assistência .....	293
6.25.	Sustento, guarda e educação dos filhos.....	294
6.26.	Respeito e consideração mútuos .....	295
6.27.	Insuportabilidade da comunhão de vida .....	296
6.27.1.	Causas caracterizadoras da impossibilidade de coabitação.....	297
6.27.1.1.	O adultério .....	297
6.27.1.2.	Tentativa de morte.....	298
6.27.1.3.	Sevícia ou injúria grave .....	299
6.27.1.4.	Abandono voluntário do lar conjugal durante um ano contínuo ...	300
6.27.1.5.	Abandono malicioso .....	302

6.28.	Condenação por crime infamante.....	302
6.29.	Conduta desonrosa .....	303
6.30.	As provas ilícitas no Direito de Família.....	303
6.30.1.	A formação da convicção pela prova .....	304
6.30.2.	Princípios da prova.....	305
6.30.3.	Provas típicas e atípicas.....	306
6.30.4.	Prova ilícita e prova ilegítima.....	307
6.30.5.	Provas ilícitas.....	308
6.30.6.	A utilização das provas ilícitas no Direito de Família.....	309
6.30.7.	Princípio da proporcionalidade .....	313
6.31.	Separação pela ausência de comunhão de vida .....	315
6.32.	A causa genérica .....	317
6.33.	Separação objetiva.....	319
6.34.	Ruptura da vida em comum.....	319
6.35.	Grave doença mental .....	321
6.35.1.	Reversão dos bens conjugais .....	322
6.35.2.	A reversão tão somente no regime da comunhão universal.....	324
6.35.3.	Separação promovida por cônjuge incapaz.....	324
6.36.	A separação administrativa .....	325
6.36.1.	A separação extrajudicial da Lei n. 11.441/2007 e do CPC.....	327
6.36.2.	Opção ou imposição.....	329
6.36.3.	Divórcio extrajudicial estando a esposa grávida, ou existindo filhos menores ou maiores e incapazes .....	330
6.36.4.	Reconciliação .....	331
6.36.5.	Audiência de ratificação.....	332
6.36.6.	Separação e divórcio por procurador .....	336
6.36.7.	Cláusulas obrigatórias.....	338
6.36.7.1.	Cláusula sobre a partilha.....	338
6.36.7.2.	Cláusula sobre alimentos.....	339
6.36.8.	Recusa na escrituração .....	340
6.36.9.	Ausência de homologação e separação ou divórcio consular .....	341
6.36.10.	Intervenção do Ministério Público .....	342
6.36.11.	Execução das cláusulas .....	343
6.36.12.	Desconto da pensão em folha.....	343
6.36.13.	Anulação da escritura.....	344
6.36.14.	A separação de corpos extrajudicial.....	345
6.37.	Efeitos da dissolução da sociedade conjugal .....	345
6.37.1.	Efeitos pessoais com relação aos cônjuges .....	346
6.37.2.	Retorno ao apelido de solteiro .....	346
6.37.3.	Impossibilidade de contrair novo casamento.....	347
6.37.4.	Efeitos com relação aos filhos .....	348
6.37.5.	Guarda dos filhos .....	349
6.37.6.	A guarda compartilhada .....	351
6.37.7.	Convivência com os filhos .....	352
6.38.	Efeitos materiais: alimentos entre cônjuges .....	354
6.38.1.	Alimentos dos filhos .....	355
6.38.2.	Partilha dos bens .....	356
6.38.3.	Prazo de decadência da separação e do divórcio extrajudicial.....	362
6.38.4.	Cobrança de aluguéis .....	363

<b>Capítulo 7 – O Dano Moral no Direito de Família .....</b>	<b>367</b>
7.1. O dano moral no Direito de Família .....	367
7.2. O dano moral no âmbito das relações afetivas .....	369
7.3. O Código Civil e o dano moral no Direito de Família .....	371
7.4. Dos argumentos que refutam a exclusão do dano moral no Direito de Família .....	373
7.5. Os alimentos como forma de indenização .....	374
7.6. Da cumulação do divórcio judicial litigioso com dano moral .....	375
7.7. Os desdobramentos do dano moral no Direito de Família .....	380
7.7.1. A doutrina amplamente permissiva .....	381
7.7.2. A doutrina restritiva do dano moral .....	383
7.7.3. Crítica à gradação do dano moral .....	386
7.7.4. Doutrina contrária ao dano moral no Direito de Família .....	386
7.8. Críticas ao dano moral .....	391
7.9. O reconhecimento do estado de filiação .....	392
7.10. O dano moral na investigação de paternidade .....	397
7.10.1. O dano moral na desconstituição da paternidade .....	402
7.10.2. O dever da mãe .....	404
7.10.3. O dever de <i>velar</i> e o dano moral pelo abandono físico e psíquico do filho .....	407
<b>Capítulo 8 – Divórcio .....</b>	<b>417</b>
8.1. O divórcio .....	417
8.2. O divórcio direto .....	421
8.3. O divórcio e a partilha de bens .....	424
8.4. A representação do cônjuge incapaz no divórcio .....	426
8.5. Divórcio consensual-judicial .....	427
8.6. Divórcio litigioso-judicial .....	429
8.6.1. A contestação no divórcio judicial .....	430
8.7. O revogado divórcio por conversão da separação judicial .....	433
8.8. Divórcio judicial por conversão consensual .....	436
8.9. Divórcio judicial por conversão do litigioso .....	437
8.10. O divórcio extrajudicial da Lei n. 11.441/2007 e do CPC .....	439
8.11. O divórcio extrajudicial por conversão .....	441
8.12. A revogada exigência da prova da separação de fato por mínimos dois anos .....	441
8.13. Efeitos do divórcio .....	442
8.14. A partilha de bens .....	443
8.15. Da presença dos cônjuges no divórcio extrajudicial .....	444
8.16. O patronímico de casado no divórcio .....	446
8.17. Pluralidade de divórcios .....	451
8.18. O divórcio no direito internacional privado .....	451
<b>Capítulo 9 – Da Proteção da Pessoa dos Filhos .....</b>	<b>455</b>
9.1. Da proteção da pessoa dos filhos .....	455
9.2. Conceito de guarda .....	459
9.3. A guarda na separação de fato e no divórcio judicial .....	465
9.4. Guarda compartilhada .....	467
9.4.1. A guarda compartilhada deveria pressupor consenso? .....	475
9.4.2. Imposição judicial da guarda compartilhada .....	481
9.4.3. Tempo de convívio equilibrado .....	486
9.4.4. Plano de parentalidade .....	487



9.4.5.	Alimentos na guarda física compartilhada.....	489
9.4.6.	A polêmica guarda compartilhada de animais de estimação.....	491
9.5.	Direito e dever de convivência.....	494
9.6.	A multa no direito e dever de visitas – <i>astreintes</i> .....	500
9.7.	O direito de visitas dos avós.....	502
9.7.1.	Um caso paradigma.....	504
9.8.	Síndrome de Alienação Parental (SAP).....	506
9.9.	Síndrome das falsas memórias.....	513
<b>Capítulo 10</b>	<b>– Das Relações de Parentesco.....</b>	<b>515</b>
10.1.	As relações familiares e o parentesco.....	515
10.2.	Direito Romano.....	517
10.3.	Desenlaces parentais.....	518
10.4.	Espécies de família e relações atuais.....	519
10.5.	Conceito de relações de parentesco.....	521
10.6.	Parentesco até o quarto grau.....	523
10.7.	Parentesco.....	524
10.7.1.	Contagem de graus.....	524
10.7.2.	Linhas de parentesco.....	525
10.7.3.	Tronco.....	526
10.7.4.	Parentesco por afinidade.....	526
10.7.5.	Árvore genealógica.....	528
10.8.	A multiparentalidade.....	528
<b>Capítulo 11</b>	<b>– Da Filiação.....</b>	<b>537</b>
11.1.	A filiação.....	537
11.2.	Filiação socioafetiva.....	539
11.3.	A desconstituição judicial da filiação socioafetiva.....	546
11.4.	O equívoco da desconstituição filial para fins sucessórios.....	552
11.4.1.	Os filhos e a construção do patrimônio familiar.....	557
11.4.2.	Filhos do ECA em confronto com os filhos da adoção à brasileira.....	559
11.4.3.	O direito ao conhecimento das origens genéticas.....	560
11.4.4.	Decadência da rejeição.....	566
11.4.5.	Vedação do registro de filho morto para fins patrimoniais.....	569
11.4.6.	O parto anônimo.....	573
11.5.	Investigação de paternidade movida pelos netos.....	576
11.6.	Da possibilidade jurídica.....	577
11.7.	O posicionamento do STJ.....	579
11.8.	Determinação da maternidade.....	580
11.9.	A presunção de paternidade.....	583
11.10.	A presunção <i>pater is est</i> .....	584
11.11.	A filiação por presunção na fecundação assistida.....	587
11.12.	A reprodução assistida no Código Civil.....	588
11.13.	A inseminação artificial.....	589
11.14.	A inseminação artificial homóloga.....	589
11.15.	A proteção jurídica do nascituro.....	592
11.16.	Embrões excedentários.....	593
11.17.	A inseminação artificial heteróloga.....	595
11.18.	A fertilização ou fecundação <i>in vitro</i> (FIV).....	597

11.18.1.	A transferência de gametas para as trompas (GIFT).....	597
11.18.2.	Transferência de zigoto para as trompas (ZIFT).....	598
11.18.3.	A mãe de substituição.....	598
11.19.	A impugnação da paternidade.....	603
11.19.1.	O perigo da sacralização do DNA.....	604
11.20.	Negativa de paternidade.....	604
11.21.	A imprescritível impugnação da paternidade.....	611
11.22.	Prova da filiação.....	613
11.23.	Princípio de prova e intimação pessoal para exame de DNA.....	614
11.24.	A prova judicial da impugnação da paternidade.....	618
11.25.	A presunção de paternidade pela recusa.....	621
11.25.1.	A recusa diante do Código Civil.....	622
11.25.2.	As perícias em DNA no Brasil.....	624
11.25.3.	A presunção legal no Código Civil.....	626
11.25.4.	A presunção e a perícia médica de DNA.....	628
11.25.5.	A presunção pela recusa.....	630
11.25.6.	A recusa do filho, da mãe e de outros parentes ao exame em DNA.....	632
11.26.	Elisão da paternidade pelo revogado adultério.....	636
11.27.	Reconhecimento da paternidade.....	638
11.28.	O reconhecimento voluntário.....	640
11.28.1.	Outras formas de reconhecimento voluntário da paternidade.....	642
11.28.2.	Reconhecimento no registro do nascimento.....	642
11.28.3.	Por escritura pública ou escrito particular.....	643
11.28.4.	Reconhecimento por testamento.....	645
11.28.5.	Reconhecimento por manifestação direta e expressa perante o juiz.....	646
11.28.6.	Reconhecimento voluntário do artigo 2º da Lei n. 8.560/1992.....	647
11.29.	Reconhecimento de filho maior e de filho menor.....	648
11.30.	Ação anulatória de reconhecimento.....	648
11.31.	Reconhecimento judicial da paternidade.....	650
11.31.1.	Breve digressão histórica.....	651
11.31.2.	A equiparação dos filhos.....	652
11.31.3.	A investigação judicial da paternidade ou da maternidade.....	653
11.31.4.	Concubinato, união estável e presunção de paternidade.....	654
11.31.5.	Rapto e sua coincidência com as relações sexuais.....	655
11.31.6.	Escritos.....	656
11.31.7.	Legitimidade ativa.....	657
11.31.8.	Legitimidade passiva.....	658
11.31.9.	Conteúdo da defesa do investigado.....	659
11.31.9.1.	A negativa genérica.....	660
11.31.9.2.	A <i>exceptio plurium concubentium</i> .....	661
11.31.9.3.	Impossibilidade física do congresso sexual.....	663
11.31.9.4.	Não coincidência das relações sexuais.....	663
11.31.10.	Meios de prova.....	664
11.31.10.1.	A prova documental.....	664
11.31.10.2.	A prova testemunhal.....	665
11.31.10.3.	As provas científicas.....	666
11.31.10.4.	Provas hematológicas.....	667
11.31.10.5.	O sistema HLA.....	668
11.31.10.6.	Perícia em DNA.....	668

11.31.10.6.1. A perícia em DNA se basta? .....	670
11.31.11. A recusa ao exame pericial.....	673
11.31.12. Efeitos da Súmula n. 301 do STJ.....	677
11.32. Efeitos da sentença.....	679
11.32.1. Dos alimentos na investigatória.....	680
11.33. A coisa julgada na investigação de paternidade .....	682
<b>Capítulo 12 – Da Adoção.....</b>	<b>687</b>
12.1. Conceito de adoção.....	687
12.2. Considerações gerais.....	689
12.3. Natureza jurídica .....	690
12.4. Referências históricas.....	690
12.5. A adoção e o Código Civil.....	691
12.6. A Lei Nacional da Adoção.....	693
12.6.1. Princípio da prevalência em família.....	694
12.6.2. Do acolhimento familiar e institucional.....	695
12.6.3. Da família natural.....	696
12.6.4. A família extensa.....	696
12.6.5. Destituição do poder familiar .....	697
12.6.6. Colocação em família substituta.....	698
12.6.6.1. Cadastro de adoção.....	700
12.6.6.2. Direito à identidade genética .....	701
12.7. Requisitos para a adoção: idade.....	702
12.7.1. Diferença de idade.....	703
12.7.2. Adoção por casais .....	704
12.7.3. Consentimento do cônjuge.....	706
12.8. Adoção por avós .....	707
12.9. Adoção por irmãos do adotando.....	710
12.10. Consentimento dos pais, do representante e do adotando .....	711
12.11. Adoção do filho do outro por um dos cônjuges ou companheiros.....	712
12.12. Adoção por tutor ou curador.....	713
12.13. Adoção <i>intuitu personae</i> .....	713
12.14. Adoção por divorciados.....	717
12.15. Adoção póstuma .....	717
12.16. Adoção por estrangeiro.....	719
12.17. Adoção de nascituro.....	722
12.17.1. Personalidade jurídica do nascituro.....	725
12.18. Adoção à brasileira .....	726
12.19. Adoção de embriões.....	728
12.20. A adoção por homoafetivos.....	730
12.21. Efeitos pessoais da adoção.....	736
12.21.1. Nome .....	736
12.21.2. A adoção e o poder familiar .....	737
12.21.3. Efeitos patrimoniais da adoção.....	738
12.21.3.1. Alimentos .....	738
12.21.3.2. Direito sucessório.....	738
12.21.4. Irrevogabilidade da adoção .....	738
12.22. O apadrinhamento .....	740

<b>Capítulo 13 – Do Poder Familiar</b> .....	743
13.1. Breve noção histórica.....	743
13.2. Função.....	744
13.3. Natureza jurídica.....	746
13.4. Titularidade do poder familiar.....	746
13.5. Conteúdo do poder familiar.....	749
13.5.1. A representação dos filhos.....	752
13.5.2. Retenção indevida de filho.....	754
13.5.3. Poder familiar e trabalho.....	755
13.5.4. Do usufruto dos bens dos filhos.....	756
13.5.5. Da administração dos bens dos filhos.....	758
13.6. Extinção do poder familiar.....	761
13.7. A suspensão do poder familiar.....	764
<b>Capítulo 14 – Do Direito Patrimonial</b> .....	767
14.1. Do regime de bens e sua natureza jurídica.....	767
14.2. Princípios gerais.....	769
14.3. Classificação dos regimes de bens.....	772
14.4. O pacto antenupcial.....	775
14.5. Alteração do regime de bens.....	783
14.6. Temor de fraude na mudança do regime de bens.....	788
14.7. A praxis da separação de fachada.....	791
14.7.1. A retroatividade restritiva do contrato de convivência.....	792
14.7.2. O direito adquirido e a retroatividade da alteração.....	798
14.8. Do regime obrigatório da separação de bens.....	804
14.9. Da administração dos bens e dos bens reservados.....	808
14.10. Da reivindicação dos bens comuns.....	810
14.11. Do regime legal de bens.....	811
14.11.1. Bens de caráter próprio.....	812
14.11.2. Bens de caráter comum.....	813
14.12. Regime da comunhão parcial.....	814
14.12.1. Fundos privados de pensão.....	828
14.12.2. Bens que ingressam na comunhão parcial.....	835
14.12.2.1. A título oneroso.....	835
14.12.2.2. Por fato eventual.....	836
14.12.2.3. Doação, herança ou legado.....	838
14.12.2.4. Benfeitorias e acessões e incremento patrimonial societário.....	839
14.12.2.4.1. Valorização das quotas sociais ou ações de uma empresa.....	842
14.12.2.5. Frutos civis e naturais.....	850
14.12.2.6. O fundo de comércio como fruto civil.....	852
14.12.2.6.1. A clientela dos profissionais liberais e as sociedades simples.....	853
14.12.2.6.2. O aviamento da clientela dos profissionais liberais.....	856
14.12.2.7. Aquisição com causa anterior.....	857
14.12.2.8. Partilha de quotas.....	859
14.12.2.9. Partilha de quotas no juízo cível e não de família.....	863
14.12.2.10. Dívidas dos cônjuges.....	867

4.13. Do regime de comunhão universal.....	869
14.13.1. Bens excluídos da comunhão universal.....	872
14.13.1.1. Bens doados ou herdados com incomunicabilidade.....	872
14.13.1.2. Bens gravados de fideicomisso.....	873
14.13.1.3. Dívidas anteriores ao casamento.....	874
14.13.1.4. Doações antenupciais.....	875
14.13.1.5. Os bens dos incisos V a VII do art. 1.659 do CC.....	875
14.13.2. Comunicação dos frutos e administração dos bens.....	878
14.13.3. Extinção da responsabilidade e do regime de bens.....	883
14.14. Do regime de participação final nos aquestos.....	886
14.14.1. Na Costa Rica.....	889
14.14.2. Na Alemanha.....	890
14.14.3. Na França.....	892
14.14.4. Na Espanha.....	892
14.14.5. No Brasil.....	893
14.14.6. Características do regime de participação final nos aquestos.....	895
14.14.7. Aquisição onerosa.....	899
14.14.8. Separação e termo inicial de partição dos aquestos.....	900
14.14.9. Má administração.....	901
14.14.10. Risco de fraude na divisão dos bens conjugais.....	901
14.14.11. A ideia da liquidação antecipada.....	902
14.14.12. Medidas cautelares no regime de participação final nos aquestos.....	903
14.14.13. Regime de compensações.....	904
14.14.14. Dívidas pessoais.....	904
14.14.15. Irrenunciabilidade do direito à meação.....	905
14.14.16. Regras de liquidação.....	905
14.14.17. Disposição hereditária.....	906
14.15. Do regime da separação de bens.....	906
14.16. Manutenção da família.....	909
14.16.1. Compensação econômica (alimentos compensatórios).....	909
14.17. A separação obrigatória de bens.....	910
14.18. A separação convencional de bens.....	911
14.19. Os bens adquiridos durante a separação de fato.....	912
14.20. Da fraude na partilha.....	915
14.20.1. O lastro matrimonial.....	916
14.20.2. A presunção de comunidade.....	916
14.20.3. A separação e seu efeito na partilha.....	916
14.20.4. A autonomia privada.....	917
14.20.5. A fraude.....	918
14.20.6. A fraude societária.....	919
14.20.7. A fraude pela mudança do tipo social.....	921
14.20.8. A fraude pela interposta pessoa física.....	924
14.20.9. A boa-fé.....	924
14.20.10. A fraude no casamento do Código Civil.....	927
14.20.11. A fraude nos regimes de bens.....	927
14.20.12. A fraude na união estável.....	928
14.20.13. A outorga do convivente.....	929
14.20.14. A indenização pela inoponibilidade.....	932
14.20.15. Uma solução argentina.....	933

**XXXVI** Direito de Família – *Rolf Madaleno*

14.20.16. A fraude pela formação de dívidas.....	933
14.20.17. A prova da fraude e da simulação.....	935
14.20.18. A anulação da partilha e decadência.....	937
14.21. Do usufruto e da administração dos bens dos filhos menores.....	939
14.21.1. Bens excluídos do usufruto.....	941
14.22. Da usucapião familiar pelo abandono do lar.....	943
<b>Capítulo 15 – Dos Alimentos.....</b>	<b>947</b>
15.1. Conceito.....	947
15.2. Espécies de alimentos.....	948
15.2.1. Quanto à sua natureza.....	949
15.2.2. Quanto à causa jurídica.....	952
15.2.3. Quanto à finalidade.....	954
15.2.3.1. Alimentos provisórios.....	954
15.2.3.2. Alimentos em tutela provisória.....	956
15.2.3.3. Alimentos da tutela antecipada.....	957
15.2.3.4. A fungibilidade do parágrafo único do artigo 305 do CPC.....	958
15.2.3.5. Pressupostos para a concessão da tutela antecipada.....	959
15.2.3.6. Tempo de duração da tutela antecipada.....	960
15.2.3.7. Da consagração da tutela antecipada para provimento alimentar.....	961
15.2.4. Quanto ao momento em que são reclamados.....	962
15.2.4.1. Alimentos pretéritos e futuros.....	962
15.3. Características da obrigação alimentar.....	964
15.3.1. Direito personalíssimo.....	964
15.3.2. Transmissibilidade.....	965
15.3.3. Divisibilidade.....	970
15.3.3.1. Litisconsórcio na ação de alimentos.....	971
15.3.3.2. Da solidariedade nos alimentos do idoso.....	975
15.3.3.2.1. O título executivo extrajudicial dos alimentos do idoso.....	977
15.3.4. Condicionalidade.....	977
15.3.5. Reciprocidade.....	979
15.3.6. Alternatividade.....	980
15.3.7. Imprescritibilidade.....	981
15.3.8. Irrepetibilidade.....	983
15.3.9. Incompensabilidade.....	986
15.3.10. Irrenunciabilidade.....	991
15.3.10.1. A validade histórica da renúncia alimentar.....	992
15.3.10.2. Renúncia expressa.....	994
15.3.10.3. A disponibilidade alimentar no vigente Código Civil.....	994
15.3.10.4. A renúncia aos alimentos no Projeto de Lei n. 6.960/2002.....	995
15.3.10.5. A irrenunciabilidade alimentar.....	996
15.3.10.6. O indevido retrocesso.....	998
15.3.10.7. A compensação como nova forma de acordo alimentar.....	999
15.3.10.8. A renúncia alimentar à luz do atual Código Civil.....	1000
15.3.11. Impenhorabilidade.....	1001
15.4. Obrigação alimentar de tios, sobrinhos, primos e parentes afins.....	1003
15.4.1. Os alimentos na família reconstituída.....	1007
15.5. Obrigação alimentar entre ascendentes e descendentes.....	1010

15.6.	Os alimentos na guarda e na tutela do ECA.....	1011
15.7.	Os alimentos do nascituro.....	1012
15.7.1.	Dos alimentos gravídicos.....	1013
15.8.	Os alimentos dos relativamente incapazes.....	1015
15.9.	A representação pelo Ministério Público nos alimentos.....	1016
15.10.	O constrangimento da ação ou da execução alimentar.....	1021
15.10.1.	O abuso do direito.....	1027
15.10.2.	Falta de alimentos como violência doméstica.....	1028
15.11.	Alimentos e prestação de contas.....	1028
15.12.	Alimentos com a maioridade civil.....	1035
15.12.1.	Maioridade civil e exercício abusivo do direito de alimentos.....	1041
15.13.	Dever de sustento e obrigação.....	1042
15.14.	Formas alternativas de eficácia do pagamento dos alimentos.....	1044
15.14.1.	O protesto dos alimentos.....	1045
15.14.2.	A constituição de capital.....	1047
15.14.3.	<i>Astreintes</i> .....	1051
15.14.4.	O abandono material e a prisão descontinua.....	1052
15.14.5.	Perda do poder familiar.....	1053
15.14.6.	Medidas executivas atípicas.....	1054
15.15.	Dos alimentos entre parentes.....	1056
15.15.1.	Alimentos na guarda compartilhada.....	1057
15.16.	Dos alimentos dos avós.....	1058
15.17.	Da transmissão hereditária do dever alimentar.....	1062
15.18.	Dos alimentos dos cônjuges.....	1067
15.19.	Alimentos dos conviventes.....	1069
15.20.	Igualdade e independência econômica.....	1072
15.21.	Dos alimentos na homoafetividade.....	1076
15.22.	Rubrica alimentar.....	1077
15.22.1.	Alimentação.....	1078
15.22.2.	Habitação.....	1078
15.22.3.	Educação.....	1079
15.22.4.	Saúde.....	1081
15.22.5.	Vestuário.....	1081
15.22.6.	Lazer.....	1082
15.23.	Base de incidência dos alimentos.....	1082
15.24.	Pensão <i>intuitu familiae e intuitu personae</i> .....	1088
15.24.1.	Alimentos em espécie ou <i>in natura</i> .....	1089
15.25.	Dos alimentos transitórios.....	1092
15.25.1.	A duração dos alimentos transitórios.....	1094
15.26.	Alimentos compensatórios ou compensação econômica.....	1096
15.26.1.	A pensão alimentícia e a compensação econômica.....	1100
15.26.2.	Alimentos compensatórios e compensação econômica.....	1103
15.26.3.	Outras diferenças entre obrigação de alimentos e compensação econômica... ..	1106
15.26.4.	Responsabilidade objetiva no Direito de Família.....	1108
15.26.5.	A duração da compensação econômica.....	1112
15.27.	A restituição dos alimentos.....	1112
15.27.1.	O abuso do direito nos alimentos.....	1112
15.27.2.	Do abuso do direito nas relações de família.....	1114
15.27.3.	Uma solução argentina para a fraude alimentar.....	1115

**XXXVIII** Direito de Família – *Rolf Madaleno*

15.28. Da renúncia e da exoneração dos alimentos.....	1116
15.29. Perda do crédito alimentar por novo relacionamento.....	1120
15.29.1. Conduta irregular da ex-mulher.....	1123
15.29.2. Comportamento indigno.....	1124
15.30. A desconsideração da personalidade física e jurídica nos alimentos.....	1129
15.30.1. Sua incidência processual.....	1132
15.30.2. A desconsideração ativa.....	1132
15.30.3. A desconsideração ativa inversa e a quebra do sigilo fiscal, contábil e bancário.....	1134
15.31. A oferta de alimentos.....	1138
15.32. A Majoração e redução dos alimentos, a Súmula STJ 621 e sua atualização automática....	1139
15.33. Cessação da obrigação de prestar alimentos.....	1142
15.34. A execução de alimentos.....	1145
15.34.1. Do cumprimento da sentença.....	1145
15.34.2. Aplicação de multa.....	1147
15.34.3. A defesa no cumprimento da sentença.....	1148
15.34.4. Sentença para ser cumprida.....	1148
15.34.5. Do cumprimento da sentença nos alimentos.....	1149
15.34.6. Do procedimento expropriatório.....	1150
15.35. Da execução internacional dos alimentos.....	1150
15.36. A intributabilidade da pensão alimentícia.....	1152
15.36.1. A participação da mulher nas atividades econômicas.....	1153
15.36.2. A coabitação.....	1154
15.36.3. Alimentos entre cônjuges.....	1155
15.36.4. A função social da família.....	1156
15.36.5. A necessidade de uma política de proteção familiar.....	1158
15.36.6. O mínimo existencial.....	1159
15.36.7. Renda e proventos.....	1160
15.36.8. A tributação familiar.....	1161
15.36.8.1. A condição de dependente.....	1163
15.36.9. A capacidade colaborativa.....	1163
15.36.10. O imposto de renda sobre a pensão alimentícia.....	1164
15.36.11. A ausência de acréscimo patrimonial.....	1165
15.36.12. A pensão alimentícia como encargo de família.....	1167
15.36.13. Os alimentos e seu caráter indenizatório.....	1169
<b>Capítulo 16 – Do Bem de Família.....</b>	<b>1171</b>
16.1. Bem de família.....	1171
16.2. Conceito de bem de família.....	1172
16.3. O advento da Lei n. 8.009/1990.....	1173
16.4. O bem de família do Código Civil.....	1175
16.4.1. Objeto do bem de família voluntário.....	1178
16.4.2. Valor do bem de família voluntário.....	1178
16.4.3. Procedimento de constituição e efeitos.....	1179
16.4.4. Das isenções.....	1180
16.5. Extinção do bem de família.....	1181
<b>Capítulo 17 – Da União Estável.....</b>	<b>1183</b>
17.1. Antecedentes históricos.....	1183



17.2.	A Constituição Federal de 1988.....	1185
17.3.	A Lei n. 8.971/1994.....	1188
17.4.	A Lei n. 9.278/1996.....	1189
17.5.	O projeto de Lei n. 2.686/1996.....	1190
17.6.	Origem e definição.....	1190
17.7.	A expansão das uniões livres.....	1191
17.7.1.	Motivos econômicos.....	1192
17.7.2.	Motivos sociais.....	1193
17.7.3.	Motivos legais.....	1193
17.7.4.	Motivos ideológicos.....	1194
17.7.5.	Motivos raciais e religiosos.....	1194
17.7.6.	Outras causas de disseminação da união estável.....	1194
17.8.	Pressupostos de configuração da união estável.....	1194
17.8.1.	Diversidade de sexos.....	1195
17.8.1.1.	União homoafetiva.....	1195
17.8.2.	Coabitação.....	1206
17.8.3.	Prazo para constituição.....	1208
17.8.4.	Existência de precedente casamento.....	1209
17.8.5.	Convivência pública.....	1218
17.8.6.	Continuidade.....	1220
17.8.7.	Com objetivo de constituir família.....	1220
17.8.8.	Inexistência de impedimento matrimonial.....	1224
17.9.	Conceito de união estável.....	1224
17.10.	Direitos e deveres dos conviventes.....	1226
17.10.1.	Lealdade.....	1229
17.10.2.	Respeito.....	1230
17.10.3.	Assistência.....	1230
17.10.4.	Dever imaterial.....	1233
17.10.5.	Guarda, sustento e educação dos filhos.....	1234
17.10.6.	A coabitação como dever natural.....	1234
17.10.7.	O nome na união estável.....	1236
17.11.	Contrato de convivência.....	1238
17.11.1.	A retroatividade restritiva do contrato de convivência.....	1241
17.11.2.	A mudança do regime de bens na conversão em casamento.....	1242
17.11.3.	Regime de bens.....	1248
17.11.4.	Conversão em casamento.....	1253
17.11.5.	Usufruto e direito real de habitação.....	1255
17.11.6.	Contrato de namoro.....	1257
17.12.	Concubinato e relações paralelas.....	1260
17.12.1.	O olhar discordante.....	1262
17.12.2.	O concubinato e a monogamia.....	1265
17.12.3.	Do concubinato de boa-fé.....	1272
17.12.4.	O concubinato e a doação.....	1273
17.12.5.	O concubinato e a deixa testamentária.....	1273
17.12.6.	O concubinato e a previdência social.....	1275
17.13.	Dissolução da união estável.....	1276
<b>Capítulo 18 – Tutela</b>	.....	<b>1279</b>
18.1.	Conceito.....	1279

**XL** Direito de Família – *Rolf Madaleno*

18.2.	Menores submetidos à tutela.....	1282
18.3.	A tutela no Direito Romano.....	1282
18.4.	A tutela no Estatuto da Criança e do Adolescente.....	1283
18.5.	Modalidades de tutela.....	1283
18.6.	Tutela testamentária.....	1285
18.7.	Tutela legítima.....	1286
18.8.	Tutela dativa.....	1287
18.9.	Tutela funcional.....	1288
18.10.	Exclusividade da tutela.....	1289
18.11.	Incapazes de exercer a tutela.....	1289
18.11.1.	Idoneidade.....	1290
18.12.	Designação do convivente como tutor.....	1292
18.13.	Escusa dos tutores.....	1293
18.13.1.	Mulheres casadas.....	1294
18.13.2.	Maiores de sessenta anos.....	1294
18.13.3.	Aqueles que tiverem sob sua autoridade mais de três filhos.....	1295
18.13.4.	Enfermidade.....	1296
18.13.5.	Habitação distante.....	1296
18.13.6.	Os que já exercerem tutela ou curatela.....	1296
18.13.7.	Militares em serviço.....	1296
18.13.8.	Aos que não forem parentes do menor.....	1297
18.14.	Prazo de escusa e decisão judicial.....	1297
18.15.	Do exercício da tutela.....	1298
18.15.1.	Do exercício da tutela quanto à pessoa do tutelado.....	1298
18.15.2.	Do exercício da tutela quanto ao patrimônio do tutelado.....	1299
18.15.3.	A administração dos bens e a tutela conjunta.....	1301
18.16.	Atribuições do tutor.....	1303
18.16.1.	Atos de competência do tutor sujeitos à prévia autorização judicial.....	1304
18.17.	Vedações ao tutor.....	1305
18.18.	Garantia da tutela.....	1305
18.19.	O protutor.....	1306
18.20.	Responsabilidade do juiz.....	1307
18.21.	Remuneração do tutor.....	1308
18.22.	Responsabilidade do tutor.....	1308
18.23.	Bens do tutelado.....	1309
18.24.	Prestação de contas.....	1310
18.25.	Cessação da tutela.....	1312
18.26.	Das funções do tutor.....	1312
<b>Capítulo 19 – Da Curatela</b>		<b>1313</b>
19.1.	Da curatela.....	1313
19.2.	Conceito.....	1315
19.3.	Pessoas sujeitas à curatela.....	1317
19.4.	Curatela do nascituro.....	1320
19.5.	Velhice.....	1323
19.6.	Curatela no Direito Romano.....	1325
19.7.	Enfermidade ou deficiência mental.....	1325
19.7.1.	Intervalos lúcidos.....	1326
19.8.	Aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade.....	1326

19.9. Deficientes mentais .....	1328
19.10. Ébrios habituais .....	1328
19.11. Os viciados em tóxicos.....	1329
19.12. Os pródigos.....	1330
19.13. Autocuratela .....	1332
19.14. Ação de interdição .....	1333
19.15. Das disposições comuns à tutela e à curatela .....	1336
19.16. Pessoas habilitadas ao exercício da curatela.....	1337
19.17. Curatela conjunta.....	1340
19.18. Efeitos jurídicos da sentença de interdição.....	1341
19.19. Levantamento da interdição.....	1343
19.20. Cessação da curatela .....	1344
19.21. Da tomada de decisão apoiada.....	1345
<b>Bibliografia .....</b>	<b>1347</b>
<b>Índice Alfabético-Remissivo .....</b>	<b>1385</b>